

Diário de Notícias

FUNDADO EM 1864

Pessoa e os outros

MEIO século depois da morte de Fernando Pessoa, o país reconhece, finalmente, aquele que é hoje o nome português de maior projecção na cultura contemporânea e um dos raros que são já pertença indiscutível do património universal.

O desfasamento entre o poeta e a cultura portuguesa tem sido, no fim de contas, reflexo e consequência desse outro desfasamento que nos separa do movimento das ideias científicas e artísticas que ao longo deste século tem vindo a revolucionar os modos de vida e as mentalidades. O grupo dos modernistas, a que a Pessoa pertenceu, foi um dos vários que entretanto compreenderam essa distância e tentaram encurtá-la através de atitudes e obras que evidenciavam a mediocridade em que o país continuava a comprazer-se e a endeusar. Ao tempo em que em Portugal os poetas do *Orpheu* lançavam os primeiros sinais de revolta, por toda a Europa se levantavam outros tantos manifestos contra o que restava da concepção oitocentista na actividade intelectual. A diferença esteve no facto de noutros países a sociedade no seu conjunto ter começado a assimilar a mudança, lastrando com ela a pouco e pouco as escolas e outras instituições, ao passo que em Portugal, pelo contrário, se reagiu cerrando fileiras, rotulando-os de loucos e inconsequentes, tentando, em suma, sobrevalorizar as virtudes de um passado cujos valores se tentou à força reactivar no presente. E da obra de Pessoa, a única coisa que oficialmente se elogiou durante anos foi a *Mensagem*, porventura mais pelo que no seu conteúdo se pretendeu ver de apelo ao passado do que pelo valor intrínseco da sua poesia.

As comemorações que ao longo deste ano têm sido realizadas constituem, juntamente com a massa imensa de comentários e congressos ultimamente dedicados ao autor da *Ode Marítima*, um certo desagravo do alheamento ainda não muito longínquo. Até os ossos lhe levámos para os Jerónimos, atitude que só nos fica bem, mas que convirá equacionar nas suas devidas proporções. Mal andaríamos se deixássemos os Governos colher os louros que sempre se procuram com tais cerimónias, sem que, por outro lado, façam qualquer coisa para possibilitar o verdadeiro desagravo, aquele que consistirá em criar as condições para que desapareça o desfasamento que a princípio referimos. Celebrar Fernando Pessoa hoje em dia é apenas uma obrigação face ao passado, e mal seria se ela não fosse cumprida quando por toda a parte se

descobre e homenageia Fernando Pessoa. Mas para que essa atitude seja completa é necessário que a sociedade tenha consciência de que o movimento das ideias não parou e tente integrar-se nele por forma a que não tenhamos, daqui a mais outros 50 anos, de desagrar os que, ignorados e incompreendidos, estarão hoje talvez a participar nesse movimento sem que as autoridades os incentivem e o meio ambiente dê sequer por eles, quer sejam poetas ou cientistas, pintores ou investigadores em qualquer dos sempre movediços campos do saber.

As comemorações pessoais adquirem, porém, uma outra projecção neste momento, em que se começa a tomar consciência das possibilidades que encerra a chamada comunidade de língua portuguesa. Com efeito, um dos factores que mais contribuem para o fechamento da nossa cultura tem sido a escassa afirmação da língua portuguesa no mundo. Ora acontece que, neste momento, existem sete países, num total de cerca de 150 milhões de habitantes, nos quais se reconhece toda a vantagem numa política concertada em ordem não só a manter a unidade da língua como também em incrementar a sua projecção no mundo.

Obras como a de Fernando Pessoa constituem, nessa perspectiva, a prova cabal de que os investimentos na cultura não são meros adereços dos regimes e dos governantes, como tantas vezes se continua ainda a imaginar. Pelo contrário, é por eles que o País se poderá furtar ao isolamento, na medida em que essas obras, uma vez reconhecidas internacionalmente, são verdadeiros pólos de atracção e interesse por toda a actividade do País que as produz. Simplesmente, se há, por vezes, génios que surgem ao arrepio das circunstâncias, como foi o caso de Pessoa, regra geral isso não acontece sem estímulos de vária ordem que só o Estado e a sociedade podem fornecer. Actividades há, como a investigação, em que é hoje mesmo impossível a geração espontânea de nomes com sucesso. E a verdade é que, se continuarmos à margem do movimento internacional das ideias, o problema não será tanto o haver mais ou menos poetas ou artistas do nível de Fernando Pessoa como, sobretudo, o comprometermos qualquer perspectiva de desenvolvimento. Essa deveria ser a principal lição a colher do «caso Pessoa», na hora em que vamos entrar numa Europa onde ele há muito entrou por mérito individual.

Sempre que troveja

NOVENTA minutos de uma chuva torrencial bastaram, há dias, para alagar a capital e transformar a maioria das suas ruas e avenidas em torrentes caudalosas por força da inoperacionalidade das bocas de escoamento. Precisamente nessa altura, em que sobre toda a zona da Grande Lisboa assim desabava, uma vez

mais, uma dessas violentas chuvadas a que, ano após ano, Novembro há muito nos habituou, o ministro do Plano e da Administração do Território dava posse a uma comissão nomeada pela elaborar, em duas semanas, um programa urgente de prevenção contra as cheias.

Integram-na personalidades ligadas a diferentes organismos que, de uma forma ou de outra, se prendem com os serviços de protecção civil e com as áreas que englobam os recursos hidráulicos e de ordenamento regional do País.

É, portanto, uma comissão que, à partida, reúne as condições requeridas e desejáveis com vista a um trabalho consciencioso e criterioso. Não é, pois, aí que se levantarão as dúvidas que de imediato se colocam. Só que todos se recordam, até à saciedade, de outras comissões, porventura tão idóneas e responsáveis como esta, às quais foram cometidas idênticas tarefas por outros Executivos, sem que não mais se tivesse notícia do trabalho de que se terão desempenhado. Por falta de verba, nuns casos, para se fazer passar do papel à prática as conclusões e recomendações a que se tenha chegado; por desinteresse, quiçá, nalguns outros. Ou, quem sabe?, porque novas missões, de certo mais urgentes, terão feito relegar para segundo plano o problema. Entretanto, este tem vindo a arrastar-se de ano para ano, com chamada à ribalta em cada novo Inverno. Por vezes, teremos de o reconhecer, com consequências não só lamentáveis mas até mesmo dramáticas.

Como bem frisou o ministro ao dar posse à nova comissão, «não é quando troveja que nos devemos lembrar de Santa Bárbara». Só que é isso, de facto, o que se tem verificado.

É vasta a tarefa que aguarda este novo grupo de trabalho. Uma tarefa que engloba a detecção dos casos mais flagrantes de falta de adequação dos espaços onde a entrada na estação chuvosa pode determinar situações de tragédia como as que, por exemplo, há dois anos ocorreram.

Mas há, também, desta vez, o empenho muito claro da palavra do Governo ao afirmar de forma categórica que, feito o relatório de todas as carências e inadequações e sugeridas as medidas necessárias à sua conveniente correcção ou adaptação, «entrar-se-á na fase da sua concretização».

Esperamos que assim seja. Exigem-no o gradual agravamento da situação e a segurança devida às populações por ela afectadas. E exige-o, também, a credibilidade em que importa ter este tipo de iniciativas. De facto, o País começa a estar farto de comissões a propósito de tudo repetidamente nomeadas, sem que, depois, se tenha qualquer notícia das conclusões a que hajam chegado. Ou, mesmo que essa notícia chegue à opinião pública, sem que o seu trabalho venha a ter, ao fim e ao cabo, qualquer resultado prático.